

A FORMAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DO COCO EM SERGIPE.

José Eloízio da Costa*

I – Introdução.

Os estudos sobre a agricultura brasileira em suas múltiplas vertentes teórico-metodológicas baseiam-se quase sempre em análises de culturas agrícolas de grande importância econômica. Evidente que estas características estariam vinculadas ao processo de desenvolvimento da economia brasileira os quais uma das vertentes de maior valor, com destaque nas transações comerciais externas, tinha (e tem) esse segmento como um ponto de referência para a geração de divisas.

Do ponto de vista histórico, as interpretações também centram em modelos agrícolas de domínio de uma ou outra atividade, dependendo do momento histórico a ser analisado.

As abordagens estruturais vinculam à formação social do Brasil, compreendendo além da atividade agrícola dominante, acrescentam-se também às chamadas *atividades econômicas complementares* intrinsecamente articuladas com as principais atividades agrícolas.

Podemos dizer que essa divisão econômica da agricultura brasileira não se completa apenas pela estrutura dominante. Mas atividades o qual podemos classificar como *economicamente marginais* integram a heterogênea, complexa e multifacetada agricultura nacional e muitas vezes de pouca profundidade analítica.

Completa-se também essa concepção a questão da diversidade regional, formando verdadeiras rupturas econômico-financeiras entre as diversas atividades agrícolas, determinada pela canalização diferenciada dos créditos agrícolas, do oferecimento de subsídios, do processo de tecnificação (mecânica, físico-química e biológicas) e da política da comercialização dos produtos.

Neste contexto, podemos observar atividades agrícolas excluídas da chamada agricultura capitalista brasileira. Culturas como da banana, maracujá,

* Mestre em Geografia pela UFS e Doutor pela UFS/UNESP, Professor da Escola Técnica Industrial Federal de Sergipe.

morango, e fruteiras tropicais de natureza permanente, como mangueira, jaqueira ou cajueiro, inexoravelmente não oferecem qualquer “atrativo” de se desenvolver uma pesquisa propriamente dita. Além de fraca expressão econômica no contexto da agricultura nacional, estão regionalmente localizadas e o mercado é limitado ou destinado a uma clientela especial.

Assim, o enfoque da *cocoicultura* pode ser inserido nessa vertente das chamadas agriculturas excluídas do núcleo agrícola brasileiro. O aspecto espacial e histórico completa a dimensão da real fragilidade econômica do coco.

No entanto, a atividade dessa cultura formaria algumas peculiaridades intrínsecas, a partir de um enfoque histórico e estrutural. Ou seja, a importância econômica da atividade do coco não se pautaria apenas pelo segmento da produção, mas pela formação de uma *cadeia*, abrangendo o segmento intermediário e suas particularidades, o segmento industrial/beneficiador e a diversidade do mercado de consumo.

Neste aspecto, foi escolhido o estado de Sergipe como limite de estudo, o qual estruturou-se concretamente a cadeia, principalmente pela instalação da primeira indústria de coco no Brasil, onde a presença da matéria-prima seria elemento seminal de desenvolvimento do processo de beneficiamento, bem como da possibilidade de venda do produto no mercado regional, associando-se também ao processo de urbanização e industrialização brasileira a partir dos anos 30.

A literatura teórica sobre a agricultura brasileira, principalmente nas últimas décadas, tem-se concentrado nas chamadas *grandes culturas*. Em termos de perspectiva histórica e econômica, ressalva-se a abordagem de KAGEYAMA et alli (1987), onde periodiza o processo de penetração do capital sob a agricultura brasileira, em que defende as bases da compreensão da heterogeneidade deste segmento da economia nos dias atuais, a partir da formação dos Complexos Rurais do século XIX até os Complexos Agroindustriais dos anos 70 e 80 deste século.

Por outro lado, GRAZIANO DA SILVA (1996) expõe um novo paradigma da agricultura deste final de século. O segmento da agricultura seria o palco da luta política entre as diversas frações de classes, o qual cada sub-setor da agricultura buscaria auferir vantagens na pauta de ofertas das políticas públicas destinadas ao setor. É o que ele denominou de “orquestração” ou “concertação de interesses” de cunho estritamente corporativista, onde a questão agrícola nacional estaria centrada pela política de pesos e contrapesos dos grupos econômicos mais importantes da agricultura brasileira.

Porém, o núcleo da agricultura nacional historicamente geraria

contradições estruturais daquilo que denominamos de *periferia da agricultura brasileira*, em decorrência da formação de uma nova divisão regional do trabalho, excluindo atividades agrícolas estritamente regionais da inserção do capital, principalmente a partir dos anos 60, bem como na paulatina destruição de atividades agrícolas tradicionais, colocando o quadro do sistema produtivo em uma situação irreversível do ponto de vista econômico-financeiro. Neste aspecto, acreditamos que a cocoicultura nordestina e sua cadeia histórica¹ é produto da exclusão do processo de desenvolvimento do capitalismo da agricultura brasileira, além do reordenamento territorial dessa atividade no Brasil, onde a cultura do coco espacialmente desloca para áreas do norte do país, somado à intervenção das grandes beneficiadoras interessadas nos derivados de maior aceitação no mercado de alimentos (é o exemplo do coco ralado).

Este trabalho objetiva assentar uma interpretação compreensiva dos ciclos histórico-espaciais do coco no estado de Sergipe, a formação da cadeia produtiva e da crise mais recente, articulando um quadro de *perda da importância do coco sergipano* em nível nacional²

II – Os ciclos do Coco.

a. No Brasil.

O plantio do coco no Brasil coincide com o próprio processo de ocupação territorial nordestino. Segundo BONDAR (1939:32), os primeiros coqueirais foram introduzidos no Brasil no século XVI, com mudas procedentes das ilhas da Cabo Verde.

Durante quatrocentos anos, a cultura do coqueiro comporia a paisagem do litoral do nordeste, reproduzida por práticas estritamente extrativistas aos moldes não-capitalistas, isolada territorialmente e ocupando espaços agrícolas marginais, onde a cultura da cana-de-açúcar não possuía o menor interesse, principalmente em decorrência das condições edafoclimáticas economicamente impróprias. A atividade do coco, historicamente tornaria uma espécie de alternativa de sobrevivência das populações pobres que viviam nestas áreas.

¹ Observada com maior nitidez no estado de Sergipe.

² Não utilizamos a expressão técnica *coco-da-baía* (*Cocus Nucifera* L.) na medida em que relaciona-se exclusivamente com a atividade produtiva. No nosso entendimento, seria mais conveniente utilizar a expressão *coco* como atividade que permeia toda a cadeia produtiva.

Segundo ANDRADE (1982:112), em referência a utilidade do coco no Nordeste, e principalmente para essas populações que residiam próximas aos coqueirais:

“O coco é de fato o principal vegetal da região e, conquanto não se conheçam ...todas as suas aplicações, ainda assim ele proporciona à população alimento, bebida, combustível, teto e comércio. Além da venda do coco natural, sua polpa é convertida em óleo, a casca em vasilhames e as fibras em corda”³.

Desse lado, VALVERDE (1985) em artigo sobre a organização agrária do litoral oriental paraibano, aborda as vantagens econômicas e da importância do plantio de coqueiros em áreas de solo pobre em nutrientes e da tradição secular de coqueirais no Brasil.

O Brasil no contexto da cocoicultura mundial está classificado como *país secundário* em termos de produção e também em rendimento. Segundo publicação internacional, a produção anual brasileira gira em torno de 20 milhões de toneladas, insignificante se comparada com os países de maior volume de produção (Indonésia, 3.864 milhões de toneladas e as Filipinas, com 980 milhões)⁴. Em produtividade, os dados são incomparáveis. No Brasil, o rendimento tradicionalmente gira em torno de 4.000 cocos por unidade ou 40 cocos por pé⁵. BONDAR (1939), já nos anos 30 criticava o baixo rendimento dos coqueirais brasileiros e ao mesmo tempo comparava a produtividade brasileira com a asiática, onde nesta poderia inferir um média, por pé, de 80 a 100 cocos e até casos onde o rendimento poderia atingir 150 cocos por pé.

O sistema da produção de cocos no Brasil, nas duas últimas décadas, tem-se caracterizado por um *deslocamento espacial da área produtora*.

³ ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. Editora Moderna. Rio de Janeiro, 1985.

⁴ FAO – Anuário. 1992.

⁵ Utilizando o método triangular, bem comum na região, especificamente para o coqueiro da variedade gigante, a média por hectare é de cem plantas. O cálculo foi extraído a partir das informações de Anuários Estatísticos do IBGE de 1961, 1971 e 1994, tomando o valor como média.

A região tradicional do litoral oriental paulatinamente tem perdido sua importância, com destaque na questão da produtividade. A Tabela 1 compara os maiores estados produtores de coco no Brasil, o qual se observa forte diferença entre a produtividade alcançada pelo estado do Pará e os estados nordestinos. Ressalvando-se que a produtividade de estados como o da Bahia e Alagoas tem relação com o desenvolvimento da cultura da variedade anã, onde o rendimento sempre é maior que a variedade gigante.

TABELA 1
Brasil/Estados Cocoicultores
Coco / Produtividade (em mil frutos/ha)
1994

Estados Cocoicultores	Produtividade (frutos/ha)
Pará	11.548
Ceará	3.569
Rio Grande do Norte	3.186
Pernambuco	3.599
Alagoas	3.944
Sergipe	1.988
Bahia	4.208
BRASIL	3.876

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil. IBGE. 1996.

Isso pode ser observado também na variação da produtividade entre os anos 1975 e 1994, o qual a excelente variação dos coqueirais alagoanos e baianos tem relação com a expansão da espécie anã (Tabela 2). Por outro lado, a variação significativa do estado do Pará como novo *locus* da cocoicultura nacional estaria apenas concentrado com a expansão da espécie gigante, onde efetivamente se produz o fruto destinado ao processo de beneficiamento industrial.

TABELA 2
Brasil/Estados Cocoicultores
Variação da Produtividade (em %)
1975-94

Estados Cocoicultores	Variação (em %)
Pará	67,3
Ceará	- 28,6
Rio Grande do Norte	- 15,2
Pernambuco	- 28,0
Alagoas	39,6
Sergipe	- 5,4
Bahia	68,3
BRASIL	26,3

Fonte: Estatísticas Básicas, Produção Agrícola Municipal, 1975-94. IBGE, 1997.

b. Em Sergipe.

A história econômica sergipana confunde-se com as contradições e crises da economia nordestina. Na concepção de ALMEIDA (1988:15), a dinâmica econômica de Sergipe se pautaria como mera *extensão econômica* dos núcleos agrícolas mais importantes da região, formando uma estrutura *econômico-espacial dependente*, sendo Sergipe categorizado como “*satélite de outros satélites nacionais*”⁶. Ou seja, historicamente a província sergipana estaria inserida em um processo contraditório de subdesenvolvimento interno, articulando-se marginalmente com as províncias mais importantes do Nordeste (Bahia e Pernambuco), principalmente no desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar e da prática da pecuária de baixa rentabilidade, porém essencial à reprodução dessas economias regionais.

Por outro lado, PASSOS SUBRINHO (1987) explicita a diversidade da economia sergipana a partir de meados do século XIX, em decorrência da

⁶ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente*. Editora Vozes, Página 15.

expansão do segmento têxtil-algodoeiro e da ocupação das áreas de transição (agrestes) onde se desenvolve uma economia de base camponesa, inclusive contribuindo como reserva da força de trabalho para as atividades de maior dinamismo econômico na região. Mais adiante, NASCIMENTO (1994) enfoca os dilemas da economia sergipana a partir do processo de industrialização brasileira e da integração do mercado nacional, iniciada nos 30 e que Sergipe teria a necessidade de “*providenciar uma saída para dentro*”⁷. Ou, na impossibilidade de competir no mercado nacional, em decorrência da fragilidade da estrutura econômica estadual estruturada em um processo histórico retardatário e de dependência regional.

Neste aspecto, a organização da economia sergipana, tomando como trajetória inicial a segunda metade do século XIX até meados da década de 60, observa-se um domínio quase que absoluto da economia agrícola sergipana como base na própria economia estadual, inclusive em uma organização agrária um tanto determinativa na medida em que às forças da natureza influenciariam na distribuição espacial dos produtos agropecuários. Somado também que, a escassez da transformação das inovações tecnológicas contribuiria na limitação da capacidade competitiva dos produtos agrícolas sergipanos no mercado até mesmo regional, operando os agentes econômicos apenas no interesse de escoar os produtos para o próprio mercado interno.

Evidente que a partir do final dos anos 60, haveria uma certa diversificação da economia sergipana, pautado agora na exploração intensiva das atividades extrativas minerais.

Dentro dessa estrutura é que se insere historicamente a atividade do coco, não apenas no seu processo produtivo, mas da formação de uma frágil *cadeia produtiva*, o qual Sergipe tornaria o primeiro estado brasileiro a ser formado. Daí dividimos os ciclos da atividade do coco em três momentos histórico-econômicos:

b.1 – Expansão da comercialização.

Compreende a segunda metade do século XIX até às primeiras décadas do século seguinte. Esta fase caracteriza-se pelo crescimento da

⁷ NASCIMENTO, Antônio José do. *A economia sergipana e a integração do mercado nacional (1930-1980)*. Campinas, UNICAMP, 1994, Dissertação de Mestrado.

comercialização de cocos em nível inter-regional como o demonstrado em relatório sobre a conjuntura econômica sergipana na década de 70:

“...Quem estiver a par da porção imensa de cocos que todos os dias recebem a bordo dos navios de saída e vir o valor oficial dos cocos exportados, valor que representa 2.072 centos ou 207.900 cocos exportados... se confessará convicto que a exportação de cocos é de cinco a seis vezes”⁸.

Acrescenta-se também que além do coco como produto *secundário* da frágil economia sergipana, outros produtos também se destacavam como o mel, a aguardente, tabaco, óleo de mamona, etc⁹. No entanto, a divisão regional do trabalho, onde a função econômica de Sergipe estaria em reproduzir um modelo de economia marginal e de mera complementaridade das economias regionais centrais, impediria qualquer dinamismo dessas atividades distintas daquelas mais conhecidas e mais importantes, como a pecuária, o complexo do açúcar e a atividade têxtil-algodoeiro, já consolidadas na província.

Porém, *a expansão da cocoicultura e o processo de comercialização* a partir deste período, deve estar historicamente articulada à crise açucareira sergipana ou de uma perspectiva mais ampliada, das contradições de uma economia subdesenvolvida em termos regionais e das dificuldades de reproduzir uma autêntica economia agrícola em bases integralmente capitalistas. Ou seja, a cultura do coqueiro e a expansão do comércio inter-regional operaria como um típico modelo de economia natural em um sistema de produção incipiente, dentro de um modelo histórico de *economia regional complementar*.

Soma-se também que a ocupação espacial da cocoicultura processou-se em áreas economicamente desvalorizadas, de solo arenoso e pobre em nutrientes, onde os plantadores de cana não tinham qualquer interesse em desenvolver o plantio nas áreas do litoral sergipano. Neste entendimento, a expansão comercial do coco confunde-se com o período dominado pela economia mercantil-esravista do século XIX, reproduzindo em uma dinâmica limitada.

⁸ Ob. Cit. Página 101.

⁹ Ob. Cit. Página 101.

b.2 – A fase da diversificação.

O crescimento no processo da comercialização do coco em nível inter-regional contribuiria em ampliar às condições de melhor utilizar as “qualidades” naturais do fruto do coqueiro. Essa expansão formaria um quadro (mesmo que reduzido) de agentes econômicos “especializados” no fruto e da necessidade de implementar experiências em bases artesanais, o beneficiamento do coco. Um desses integrantes dos agentes econômicos do coco analisa essa questão:

“Surgiu a necessidade do aproveitamento do fruto que não estivesse em condições de exportar e, por isso, o início da fabricação de óleo de coco, trabalhando com uma prensa de pau que seus descendentes ainda conservam como relíquia”¹⁰.

Praticamente, entre as duas primeiras décadas do século XX, o litoral sergipano estaria ocupado por coqueirais (Figura 1), compondo na sua maior parte por plantas jovens (abaixo de 30 anos de idade) e em plena fase de produção.

Mais relevante seria a instalação da beneficiadora de coco (pioneira no Brasil) em 1916, no então povoado Barra dos Coqueiros, utilizando instrumentos de trabalho construídos em madeira, produzindo inicialmente o leite de coco. A fábrica do Sr. Antuzo Vieira ainda não dominava a técnica do derivado criado a partir da obtenção do leite de coco: o ralado. O domínio viria mais tarde, com a constituição efetiva de uma empresa capitalista (Vieira Sampaio Ind. e Comércio S/A) em 1932 e da necessidade de dominar o mercado de derivados em nível regional. Ainda mais relevante é que essa fábrica, ainda nos anos 30, dominaria a técnica da conservação do leite, facilitando por exemplo, a venda do produto para mercados não-nordestinos. Já nos anos 40, operavam em Sergipe doze (12) unidades de beneficiamento do coco¹¹, sendo a Serigy a maior de todas e a mais conhecida do Brasil, tradição que perduraria até meados da década de 80.

¹⁰ Jornal Gazeta de Sergipe. Edição de 02/12/1964. Página 02.

¹¹ CRUZ, José H. *O coco na Economia de Aracaju*. Revista de Aracaju, Livraria Regina, 1944, s.d.

[illegible]

Neste aspecto, a consolidação (mesmo com uso do baixo nível tecnológico) do segmento beneficiador de coco contribuiria para as necessárias mutações do padrão do

segmento produtivo, com destaque na formação de uma incipiente e *específica cadeia produtiva*, articulada pela heterogeneidade dos produtores, bem como da diversidade dos canais de comercialização do fruto do coqueiro. Assim, teríamos uma cadeia bem definida, porém diversificada graças à existência do segmento beneficiador. A Figura 2 representa essa cadeia, o qual observa-se a classificação quadripartite dos plantadores, a relativa importância do segmento exportador, a “necessária” existência do intermediário, além da pequena comercialização do coco in natura, originado quase sempre de camponeses/cocoicultores.

O período de maior crescimento da agroindústria de coco em Sergipe correspondeu aos anos de 1955 à 1967¹², onde pode ser classificado como a fase “áurea” da cadeia. Neste período, Sergipe se consolidaria como o maior produtor de derivados de coco brasileiro, abrangendo não apenas a produção do derivado mais tradicional, mas na exportação do coco ralado, do óleo de coco (principalmente sabões), bem como das tentativas de industrialização do carvão ativo e da água de coco¹³. Inclusive, neste período, o processo de evolução das agroindústrias de coco tinha uma trajetória bem esquematizada historicamente:

“Primeiro foi o aproveitamento total da amêndoa em farinha, leite, cocada e óleo; depois veio a industrialização da fibra e agora (sic) do casco. É interessante que Sergipe tem sido o pioneiro da industrialização e, em alguns processos de fabricação, exclusivo no mundo”¹⁴.

No entanto, o crescimento no fornecimento da matéria-prima às agroindústrias tinha um obstáculo: a irregularidade do fluxo. Na medida em que essas unidades beneficiadoras não eram plantadoras de coqueirais, evidente que existia uma dependência quase absoluta dos fornecedores, principalmente

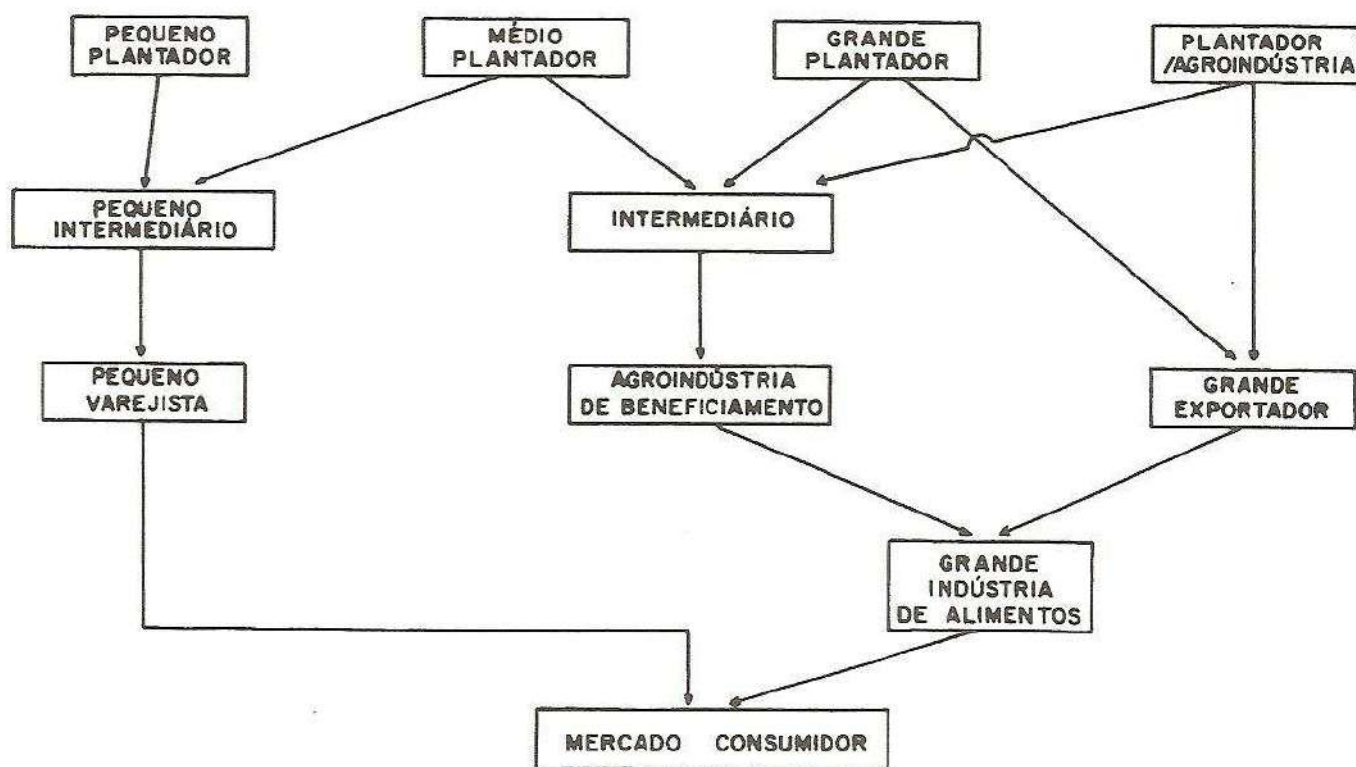
¹² *Diagnóstico das Empresas de Beneficiamento do Coco do Estado de Sergipe (1979)*. CEAG-SE/SUDENE/SEPLAN/BNB. Aracaju, 1980, Página 25.

¹³ Jornal Gazeta de Sergipe, Edição de 11/12/63, página 02.

¹⁴ Jornal Gazeta de Sergipe, Edição de 02/12/64, página 02.

FIGURA 2

CADEIA PRODUTIVA DO COCO EM SERGIPE



FONTE: Informações de Campo, 1997

com os grandes plantadores. A questão do estrangulamento do processo de comercialização da matéria-prima seria o elo inicial da decadência da agroindústria, além da falta de visão de seus principais agentes econômicos da própria importância que este segmento poderia ter no cenário da economia regional. A cadeia produtiva não era “soldada”. Cada segmento tinha autonomia relativa e a fragilidade econômico-financeira das unidades beneficiadoras sergipanas não permitia formar o *núcleo da cadeia*¹⁵. A questão se tornaria preocupante, inclusive um evento realizado em novembro de 1963¹⁶, em Aracaju, tinha como principal objetivo a soldagem entre o segmento produtor e o beneficiador. Porém, o problema possuía uma dimensão estrutural e a curto prazo seria praticamente impossível a superação da irregularidade no fornecimento da matéria-prima.

b.3 – O ocaso econômico do coco.

A fragilidade de articular os diversos componentes da cadeia produtiva dentro do Estado e fatores exógenos, contribuiriam no processo de decadência da atividade da cocoicultura sergipana, bem como na perda do mercado de derivados do coco em nível nacional. O velho tradicionalismo do conhecido leite de coco sergipano enfrentaria os percalços da nula renovação dos coqueirais sergipanos e do estrangulamento na comercialização da matéria-prima e de mais um fator não conhecido pelos seus principais agentes econômicos: o fenômeno da concorrência.

Portanto, a crise permeou toda a cadeia. No entanto, no segmento agroindustrial o problema seria ainda maior na medida em que o domínio quase que absoluto dos produtos sergipanos no mercado nacional seria paulatinamente substituído por produtos gerados em outros estados nordestinos, notadamente no vizinho estado de Alagoas. FRANÇA (1988) enfoca essa questão quando, já nos anos 80, as agroindústrias sergipanas operavam em uma média anual de 60 milhões de frutos (valor estabilizado desde a década de 70), enquanto que as alagoanas esmagavam em um ano mais de 70 milhões de frutos¹⁷. Um segundo exemplo pode ser extraído, por exemplo, que a maior fábrica de cocos sergipana, neste

¹⁵ Expressão utilizada por KAGEYAMA et alli (1987) quando se refere ao processo de caificação ou da formação dos Grandes Complexos Agroindustriais dos anos 70.

¹⁶ Trata-se do *Encontro Técnico-Regional do Coco*, o qual o jornal Gazeta de Sergipe daria ampla cobertura ao evento e com a participação de plantadores e industriais do coco.

¹⁷ FRANÇA, Vera Lúcia Alves. *A cultura do coco-da-baía e as transformações do litoral sergipano*. Aracaju, UFS. Dissertação de Mestrado, 1988.

período, operava com 70 mil frutos/dia, enquanto que a maior fábrica alagoana¹⁸ já atingia um esmagamento de cocos/dia acima de 100 mil.

Soma-se também que um dos fatores da perda dos produtos sergipanos no mercado brasileiro de derivados de cocos estaria não apenas na qualidade do produto (gerado por técnicas obsoletas de baixa produtividade e grande desperdício), mas até mesmo no “visual” das embalagens. Um exemplo era a venda do coco ralado. Enquanto a tradição sergipana era vender o produto em embalagens de papel e em grande volume (10, 20 e até 50 quilos), destinado ao mercado atacadista. Por outro lado o produto da maior fábrica alagoana era escoado diretamente ao mercado varejista e já em recipientes aluminizados de 100, 200 e 500 gramas.

Por outro lado, os coqueirais sergipanos estariam inseridos na fase de decadência produtiva, na medida em que a maior parte estava com mais de 50 anos de idade e não havia, principalmente em meados dos anos 70, qualquer política de renovação. Evidente que o envelhecimento acelerado dos coqueirais situados em Sergipe, seria elemento também importante de estabelecer parâmetros de inviabilidade econômica dessa atividade no estado.

Neste aspecto, podemos sistematizar vários fatores de diminuição da importância das atividades econômicas relacionadas com o coco em Sergipe:

- a) *A reprodução de técnicas tradicionais no processo de cultivo* – a falta de tecnologia apropriada ao cultivo do coco, mesmo com a tradição da produção de mudas e de um centro de pesquisa, pouco mudaria no aspecto técnico-produtivo;
- b) *Amadorismo na atividade empresarial* – em decorrência da falta de visão dos agentes econômicos, com destaque no segmento beneficiador. A reprodução de uma gestão em base familiar pouco mudaria em mais de 70 anos de tradição industrial.
- c) *Solidão técnico-econômica* – explicitada pela frágil articulação dos segmentos da cadeia com às inovações do coco no plano internacional e pela desvalorização das técnicas desenvolvidas a partir das experiências criadas por estudiosos sergipanos¹⁹.
- d) *Perda da participação no mercado interno* – em função da

¹⁸ E que na verdade seria a única fábrica alagoana. Trata-se da empresa Sococo.

¹⁹ É o caso por exemplo do prof. Emanuel Franco, que descobriu no início dos anos 60 a doença do anel vermelho do coqueiro, bem como publicou inúmeros artigos sobre a temática em jornal de maior circulação no estado na década de 60.

concorrência inter-regional e do baixo nível tecnológico aplicado no processo de produção;

- e) *Limitada renovação da linha de derivados* – praticamente concentrada na produção do leite de coco para fins culinários e do coco ralado como sub-produto destinado às indústrias alimentícias.
- f) *Persistência da escassez da matéria-prima* – ainda reproduzido como a maior dificuldade de operacionalizar às unidades beneficiadoras e maior dos problemas do ponto de vista estrutural.

III - Considerações Finais:

Infelizmente ainda se ignora o papel da atividade do coco no Brasil e com maior acuidade, naqueles estados onde a produção articula-se com o beneficiamento industrial; formando o que estamos denominando de cadeia produtiva.

Evidente que, a atividade agrícola como segmento da economia que perde importância na riqueza bruta de um país, não fornece qualquer elemento valorativo de ser analisado e ainda mais quando se refere a uma cultura sem expressão como a do coqueiro no Brasil. No entanto, a formação histórica e a relativa “complexidade” de seu sistema produtivo e com base territorial determinada, no nosso entendimento, foram elementos importantes de compreender as contradições de uma atividade econômica que poderia ter sido desenvolvida de forma mais acentuada no Nordeste, principalmente na defesa de uma política de desenvolvimento do beneficiamento do coco em escala agroindustrial integralmente capitalista e voltada ao mercado exterior.

A questão ainda é mais observada na realidade sergipana. O pioneirismo beneficiador não fundou um processo inovador de desenvolvimento dessas empresas como agentes econômicos dotados de conhecimento de mercado e arrojados na operação e criação de técnicas aplicadas ao processo de produção, além da maior derivação dos produtos do coco, esta bem comum em países de maior tradição com o tratamento industrial do fruto. Por outro lado, o esgotamento do sistema produtivo sergipano em escala estrutural, marcado pelo envelhecimento dos coqueirais e o silêncio de políticas voltadas ao setor, somado ao baixo nível de rendimento que gera altos custos de produção; também são fatores centrais da real

decadência da atividade de coco no estado de Sergipe.

Alerta-se também o processo de valorização especulativa do litoral sergipano nas últimas décadas, através da inserção do capital imobiliário em áreas de coqueirais, dando um caráter de irreversibilidade na questão do uso do solo dessas áreas.

Referências bibliográficas:

- ALMEIDA, Maria da Glória S. de. *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente*. Editora Vozes, Petrópolis, 1984.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. Editora Vozes, Petrópolis, 1985.
- BONDAR, Gregório. *A cultura do coqueiro no Brasil*. Tipografia Naval, Salvador, Bahia, 1939.
- CRUZ, José H.. *O coco na economia de Aracaju in Revista de Aracaju*. Livraria Regina, Aracaju, 1944.
- *Diagnóstico das empresas de Beneficiamento de Coco no Estado de Sergipe*. CEAG/SE/SUDENE/SEPLAN/BNB. 1980.
- FRANÇA, Vera Lúcia Alves. *A cultura do coco-da-baía e as transformações no litoral sergipano*. UFS, Dissertação de Mestrado, 1988.
- Jornal Gazeta de Sergipe, Edições de 02 e 12/12/64.
- KAGEYAMA, Angela & GRAZIANO DA SILVA, José, orgs.. *A dinâmica da agricultura brasileira 1965/1985*. Convênio IPEA-IPLAN/FECAMP, mimeo, Campinas, 1987.
- NASCIMENTO, Antonio José. *A economia sergipana e a integração do mercado nacional (1930-1980)*. UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 1994.
- SUBRINHO, Josué Modesto Passos. *História Econômica de Sergipe (1850-1930)*. Programa editorial da UFS, Aracaju, 1987.
- VALVERDE, Orlando. *Estudos de Geografia Agrária*. Editora Vozes, Petrópolis, 1985.

ABSTRACT

The formation of the coconut productive chain in the state of Sergipe its own productive cycles organizes from the XIX century on. The productive chain reached its consolidation when it integrated the class responsible for the natural resources, the agroindustrial process the natural resources go through with trading purposes and jusante. However, the coconut production taken as a system a maior structural crisis.